

RELATÓRIO DE GESTÃO

Em cumprimento do preceituado no Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentam-se os documentos de prestação de contas relativos ao exercício económico de 2008, destinados a apreciação e votação pelo Órgão Deliberativo.

Procede-se de seguida à exposição de vários considerandos sobre a situação orçamental, económica, financeira e patrimonial, atinentes a uma melhor compreensão dos destinatários desta informação.

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

1.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1.1. RECEITA

O grau de execução orçamental da receita reflecte uma diminuição das receitas próprias e consequentemente a impossibilidade em atingir os valores previstos. A sobredotação destas classificações, especialmente os Rendimentos de Propriedade e a Venda de Bens de Investimento, conduz a um grau de execução global mais baixo. Na tabela seguinte, verificam-se desvios relevantes nas diferentes rubricas, uma tendência já revelada em exercícios anteriores:

Rub.	Designação	2008				2007			
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec	Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec
01	Impostos directos	1.331.344,00	1.636.372,91	305.028,91	122,91%	1.312.427,00	1.266.090,50	-46.336,50	96,47%
02	Impostos indirectos	100.530,00	87.065,63	-13.464,37	86,61%	128.077,00	89.080,11	-38.996,89	69,55%
04	Taxas, multas e out penalidades	179.957,00	213.040,18	33.083,18	118,38%	211.172,00	1.694.200,50	1.483.028,50	802,28%
05	Rendimentos de propriedade	3.263.375,00	877.332,27	-2.386.042,73	26,88%	3.182.546,00	295.649,68	-2.886.896,32	9,29%
06	Transferências correntes	3.295.944,00	3.149.866,82	-146.077,18	95,57%	3.166.183,93	3.058.203,34	-107.980,59	96,59%
07	Venda bens e serv correntes	977.500,00	436.982,34	-540.517,66	44,70%	513.250,00	315.259,58	-197.990,42	61,42%
08	Outras receitas correntes	17.000,00	15.292,36	-1.707,64	89,96%	29.050,00	25.486,87	-3.563,13	87,73%
09	Venda de bens investimento	5.579.481,00	316.750,00	-5.262.731,00	5,68%	5.355.834,00	538.475,00	-4.817.359,00	10,05%
10	Transferências capital	3.016.169,00	1.623.537,24	-1.392.631,76	53,83%	2.599.687,00	1.732.785,65	-866.901,35	66,65%
12	Passivos financeiros	809.844,95	959.605,30	149.760,35	118,49%	722.931,30	722.661,30	-270,00	99,96%
13	Outras receitas capital	250.000,00	0,00	-250.000,00	0,00%	250.000,00	0,00	-250.000,00	0,00%
15	Reposições ã abatidas pagam's	260,00	341,42	81,42	131,32%	5,00	0,00	-5,00	0,00%
16	Saldo gerência anterior	448.010,85	448.010,85	0,00	100,00%	208.035,37	208.035,37	0,00	100,00%
Total Receitas		19.269.415,80	9.764.197,32	-9.505.218,48	50,67%	17.679.198,60	9.945.927,90	-7.733.270,70	56,26%

O grau de execução das receitas diminuiu, cifrando-se no final do exercício em 50,67%,

não obstante de em termos absolutos o valor ser próximo da execução orçamental de 2007.

Existem essencialmente dois factores que explicam esta variação:

- O orçamento da despesa transita de ano para ano com um valor significativo de despesa realizada por pagar que condiciona invariavelmente o orçamento do exercício seguinte. Exige o Princípio de Equilíbrio do Orçamento que a dotação das receitas sejam suficientes para cobrir a despesa o que influencia a projecção das receitas que são estimadas em valores superiores ao que se espera na realidade.
- O Município continua a enfrentar dificuldades em gerar nova receita própria para fazer face ao nível dos compromissos.

1.1.2. DESPESA

Na despesa, apresentamos, os valores “executados” (reais), bem como os valores “pagos”. Assim a análise orçamental incide sobre essas duas realidades, podendo ser retiradas conclusões distintas sobre cada uma delas, na medida em que o grau de execução da despesa aumentou de 89,68% para 90,14% se considerarmos os valores “executados”, enquanto que observamos uma redução do grau de execução orçamental de 53,82% para 50,44% se considerarmos os valores pagos. Apresentamos primeiro os dados referentes ao exercício em análise e logo de seguida os que respeitam ao exercício que o precedeu:

		2008						
Rub	Designação	Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec	Pago	Diferença	Grau Exec
0101 01	Assembleia Munic. - Desp. c/ Pessoal	26.100,00	12.421,30	-13.678,70	47,59%	12.167,50	-13.932,50	46,62%
0101 02	Assembleia Munic. - Aq. Bens e Serviços	3.000,00	979,39	-2.020,61	32,65%	0,00	-3.000,00	0,00%
0102 01	Câmara Municipal - Desp. c/ Pessoal	3.054.451,00	2.969.078,73	-85.372,27	97,20%	2.736.590,04	-317.860,96	89,59%
0102 02	Câmara Municipal - Aq. Bens e Serviços	4.497.583,36	4.180.450,00	-317.133,36	92,95%	2.137.975,89	-2.359.607,47	47,54%
0102 04	Câmara Municipal - Transf. Correntes	372.715,44	329.890,41	-42.825,03	88,51%	239.586,73	-133.128,71	64,28%
0102 05	Câmara Municipal - Subsídios	537.100,00	535.095,00	-2.005,00	99,63%	535.095,00	-2.005,00	99,63%
0102 06	Câmara Municipal - Outras Desp. Correntes	70.910,00	67.774,25	-3.135,75	95,58%	64.969,25	-5.940,75	91,62%
0102 07	Câmara Municipal - Aq. Bens de Capital	8.244.836,05	7.190.075,07	-1.054.760,98	87,21%	1.994.591,47	-6.250.244,58	24,19%
0102 08	Câmara Municipal - Transf. de Capital	521.750,00	420.186,77	-101.563,23	80,53%	388.436,31	-133.313,69	74,45%
0102 09	Câmara Municipal - Activos Financeiros	1.000,00	0,00	-1.000,00	0,00%	0,00	-1.000,00	0,00%
0102 11	Câmara Municipal - Outras Desp. Capital	25.250,00	25.249,51	-0,49	100,00%	25.249,51	-0,49	100,00%
0103 03	Op. Financeiras - Juros e Outros Encargos	611.269,00	598.431,90	-12.837,10	97,90%	544.883,60	-66.385,40	89,14%
0103 10	Op. Financeiras - Passivos Financeiros	1.303.450,95	1.039.788,15	-263.662,80	79,77%	1.039.788,15	-263.662,80	79,77%
	Total Despesas	19.269.415,80	17.369.420,48	-1.899.995,32	90,14%	9.719.333,45	-9.550.082,35	50,44%

		2007						
Rub	Designação	Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec	Pago	Diferença	Grau Exec
0101 01	Assembleia Munic. - Desp. c/ Pessoal	19.500,00	18.646,36	-853,64	95,62%	18.392,56	-1.107,44	94,32%
0101 02	Assembleia Munic. - Aq. Bens e Serviços	2.750,00	2.510,60	-239,40	91,29%	2.510,60	-239,40	91,29%
0102 01	Câmara Municipal - Desp. c/ Pessoal	2.848.187,62	2.836.828,78	-11.358,84	99,60%	2.661.829,48	-186.358,14	93,46%
0102 02	Câmara Municipal - Aq. Bens e Serviços	4.141.351,75	3.880.469,74	-260.882,01	93,70%	2.210.910,94	-1.930.440,81	53,39%
0102 04	Câmara Municipal - Transf. Correntes	466.701,00	316.918,31	-149.782,69	67,91%	255.751,27	-210.949,73	54,80%
0102 05	Câmara Municipal - Subsídios	590.200,00	574.282,00	-15.918,00	97,30%	574.282,00	-15.918,00	97,30%
0102 06	Câmara Municipal - Outras Desp. Correntes	27.500,00	25.695,52	-1.804,48	93,44%	25.695,52	-1.804,48	93,44%
0102 07	Câmara Municipal - Aq. Bens de Capital	7.655.310,93	6.532.775,79	-1.122.535,14	85,34%	2.192.296,92	-5.463.014,01	28,64%
0102 08	Câmara Municipal - Transf. de Capital	488.002,00	308.106,20	-179.895,80	63,14%	270.629,62	-217.372,38	55,46%
0102 09	Câmara Municipal - Ativos Financeiros	21.750,00	0,00	-21.750,00	0,00%	0,00	-21.750,00	0,00%
0102 11	Câmara Municipal - Outras Desp. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
0103 03	Op. Financeiras - Juros e Outros Encargos	563.340,00	531.788,09	-31.551,91	94,40%	479.862,08	-83.477,92	85,18%
0103 10	Op. Financeiras - Passivos Financeiros	854.605,30	826.975,90	-27.629,40	96,77%	823.472,86	-31.132,44	96,36%
Total Despesas		17.679.198,60	15.854.997,29	-1.824.201,31	89,68%	9.515.633,85	-8.163.564,75	53,82%

Na estrutura da despesa, o peso das aquisições de bens e serviços (correntes e de capital) e os custos com o pessoal são determinantes, em todos os exercícios sem exceção. Apesar de se tratar de uma situação recorrente, torna-se particularmente difícil contorná-la, não obstante ser necessário no futuro, incidir nestas rubricas uma acrescida contenção da despesa. Apesar de no início de cada exercício se perspectivar um Orçamento que procura apertar na despesa e diminuir o “ fosso” que a separa em relação à receita, a obrigação de cumprir compromissos transitados e a ausência de receita proporcionalmente a arrecadar, contribuem para este desempenho orçamental.

1.2 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTAIS

1.2.1. RESULTADO CORRENTE

A situação orçamental registada, parte da própria estrutura de receitas/despesas correntes desequilibrada, apresentando valores negativos nos sucessivos exercícios, revelando que a estrutura de custos do Município se encontra claramente desajustada à dimensão das suas receitas. Neste contexto o exercício de 2008 traduz um agravamento dos Resultados Correntes com a receita corrente a diminuir aproximadamente 5% e a despesa corrente a aumentar 6%. As despesas correntes de 2008 ascenderam a 8.694.120,98 euros, mostrando-se superiores em 35,51 %, em relação às receitas também correntes que totalizaram 6.415.952,51 euros.

RESULTADOS CORRENTES			
Receitas	6.415.952,51	Receitas	6.743.970,58
Despesas	8.694.120,98	Despesas	8.187.139,40
Déficit 2008	-2.278.168,47	Déficit 2007	-1.443.168,82

1.2.2. RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL

A necessidade de assegurar a implementação de investimentos estruturantes no arranque do QREN em 2007 e, a constatação de, até ao momento, se manterem atrasos significativos nas decisões de aprovação e co-financiamento destes projectos, traduzem-se no seu financiamento fundamentalmente com base em receitas de capital, o que gerou neste exercício um resultado que deverá ser compensado, em exercícios próximos.

Aos resultados correntes negativos, acrescem os valores também negativos das operações de capital, constituindo estas a maior parcela do Défice Orçamental do Município à data de 31 de Dezembro de 2008, tal como ocorreu em 2007. Em 2008, as receitas cobrem as despesas em apenas 33,43%. Em 2007, este rácio era de 41,76%.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL			
Receitas	2.899.892,54	Receitas	3.201.957,32
Despesas	8.675.299,50	Despesas	7.667.857,89
Défice 2008	-5.775.406,96	Défice 2007	-4.465.900,57

1.2.3. RESULTADO ORÇAMENTAL TOTAL

A análise da concretização orçamental da receita e da despesa permitiu identificar um desvio pouco significativo em 2008.

Nestes termos, o défice orçamental registado, já se verificava em anos anteriores:

EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL - REAL			
Receitas	9.764.197,32	Receitas	9.945.927,90
Despesas	17.369.420,48	Despesas	15.854.997,29
Défice 2008	-7.605.223,16	Défice 2007	-5.909.069,39

Começa a ser invertido através do esforço e empenhamento continuado que o executivo vem registando, quer através da política de contenção da redução consistente das aquisições de bens e serviços e da aquisição de bens de capital.

2. FONTES DE FINANCIAMENTO

2.1. RECEITAS PRÓPRIAS

2.1.1. ESTRUTURA DAS RECEITA PRÓPRIAS

São consideradas Receitas Próprias aquelas que o Município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios, e sem influência de organismos externos. Desta forma, excluem-se destas, as receitas relativas a transferências recebidas ou a empréstimos contraídos.

Estas receitas têm registado uma evolução muito positiva, situando-se o seu peso total próximo das receitas com transferências e receitas alheias, facto que se prende com a diminuição das comparticipações comunitárias.

Designação	2008		2007	
	Valor	%	Valor	%
Receitas Próprias	4.031.187,96	41,29%	4.432.277,61	44,56%
Outras Receitas	5.733.009,36	58,71%	5.513.650,29	55,44%
Total das Receitas	9.764.197,32	100,00%	9.945.927,90	100,00%

2.1.2. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

O comportamento geral das receitas próprias é muito positivo, não obstante o ligeiro decréscimo que regista o total destas receitas.

Verifica-se em 2008 uma diminuição de 3,27 pontos percentuais do peso das Receitas Próprias sobre as receitas totais, relativamente a 2007, com um decréscimo do seu valor absoluto em 401.089,65 euros, essencialmente devido ao decréscimo das receitas provenientes de taxas, multas e outras penalidades e à venda de bens de investimento, conforme observaremos de seguida.

Assim as Receitas Próprias de 2008 traduzem na composição principal nas rubricas com evolução muito positiva destacam-se os Impostos directos (40,59%), os Rendimentos de propriedade (21,76%), a Venda de bens e serviços correntes (10,84%) e a Venda de bens

de investimento (7,86%).

Rub.	Designação	2008		2007	
		Executado	Peso	Executado	Peso
01	Impostos directos	1.636.372,91	40,59%	1.266.090,50	28,57%
02	Impostos indirectos	87.065,63	2,16%	89.080,11	2,01%
04	Taxas, multas e out pen.	213.040,18	5,28%	1.694.200,50	38,22%
05	Rendimentos da propriedade	877.332,27	21,76%	295.649,68	6,67%
07	Venda de bens e serv. corr.	436.982,34	10,84%	315.259,58	7,11%
08	Outras receitas correntes	15.292,36	0,38%	25.486,87	0,58%
09	Venda de bens de inv. ^o	316.750,00	7,86%	538.475,00	12,15%
13	Outras receitas de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%
15	Rep. n/ abatidas nos pagam ^{os}	341,42	0,01%	0,00	0,00%
16	Saldo da gerência anterior	448.010,85	11,11%	208.035,37	4,69%
Total das receitas próprias		4.031.187,96	41,29%	4.432.277,61	44,56%
Total das receitas		9.764.197,32		9.945.927,90	

2.1.3. INDICADORES

Além das conclusões anteriores, podemos verificar também que as Receitas Próprias cobrem apenas 23% da Despesa Total. Os Impostos Directos, que constituem a principal receita própria, representam apenas 17% da Receita Total.

Rácio	2008	2007
Receitas Próprias / Despesa Total	0,23	0,28
Receitas Próprias / Receita Total	0,41	0,45
Impostos Directos / Receita Total	0,17	0,13

2.2. OUTROS FINANCIAMENTOS

2.2.1. ESTRUTURA DOS OUTROS FINANCIAMENTOS

Os financiamentos a que um município recorre e que não resultam da sua actividade directa são as Transferências Correntes e de Capital, bem como os Passivos Financeiros, nomeadamente os empréstimos contratados.

No Município estes financiamentos representam 58,71% do total das receitas, conforme já observado. Analisando o seu conteúdo verificamos que são as transferências correntes que continuam a possuir maior peso (54,94%), enquanto que as transferências de capital continuam a perder importância.

Financiamento não próprio	2008		2007	
	Valor	%	Valor	%
Transferências correntes	3.149.866,82	54,94%	3.058.203,34	55,47%
Transferências capital	1.623.537,24	28,32%	1.732.785,65	31,43%
Passivos Financeiros	959.605,30	16,74%	722.661,30	13,11%
Total	5.733.009,36	100,00%	5.513.650,29	100,00%

2.2.2. PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NOS IMPOSTOS DO ESTADO

2.2.2.1. Estrutura dos Fundos Municipais

A participação dos municípios nos impostos do estado traduz-se no recebimento das transferências correntes e de capital de fundos por parte do Orçamento de Estado. Esta participação foi reformulada face à nova Lei das Finanças Locais (LFL), a qual consignou as seguintes formas de participação:

- **FEF** – Fundo de Equilíbrio Financeiro, desdobrado em:
 - o **FGM** – Fundo Geral Municipal: em função dos níveis de financiamento e investimento;
 - o **FCM** – Fundo de Coesão Municipal: visa a correcção de assimetrias entre municípios, beneficiando os mais desfavorecidos;
- **FSM** – Fundo Social Municipal: relativo a atribuições e competências dos municípios associados a funções sociais;
- **Participação no IRS** (artigo 20.º da LFL): Participação de 5% em 2008 no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município.

Trata-se da maior fatia do bolo das transferências quer correntes (85,97%), quer de capital (88,95%), tendo-se verificado no segundo caso uma diminuição do peso dos valores da participação comunitária em projectos co-financiados.

ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

	2008		2007	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	2.707.953,00	85,97%	2.572.027,50	84,10%
Outras Entidades Estado	277.963,42	8,82%	315.371,81	10,31%
Participação Comunitária	46.082,47	1,46%	35.409,10	1,16%
Fundos e Serv. Autônomos	0,00	0,00%	52.362,67	1,71%
Outras transferências correntes	117.867,93	3,74%	83.032,26	2,72%
Total das Transferências Capital	3.149.866,82	100,00%	3.058.203,34	100,00%

ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

	2008		2007	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	1.444.127,00	88,95%	1.443.632,50	83,31%
Outras Entidades Estado	149.349,12	9,20%	7.500,00	0,43%
Participação Comunitária	30.061,12	1,85%	39.305,87	2,27%
Outras transferências capital	0,00	0,00%	242.347,28	13,99%
Total das Transferências Capital	1.623.537,24	100,00%	1.732.785,65	100,00%

Os Fundos Municipais tiveram a seguinte representação em 2008:

Fundos	FEF	IRS	FSM	Total
Capital	1.444.127,00	-	-	1.444.127,00
Corrente	2.310.605,00	203.534,00	193.814,00	2.707.953,00
Total	3.754.732,00	203.534,00	193.814,00	4.152.080,00

2.2.2.2. Evolução dos Fundos Municipais

É de assinalar o aumento do total de fundos de 2008 face a 2007, em cerca de 3,40%. A evolução, até ao exercício de 2008, encontra-se evidenciada no mapa que se segue:

Ano	Total de Fundos	Var n/n-1
2003	3.785.037,00	-
2004	3.966.719,00	4,80%
2005	4.046.053,00	2,00%
2006	4.046.053,00	0,00%
2007	4.015.660,00	-0,75%
2008	4.152.080,00	3,40%

2.2.3. FUNDOS COMUNITÁRIOS

O recurso do Município a Fundos Comunitários tem vindo a assumir um peso conjuntural cada vez menor no total de receitas obtidas:

	2008		2007		2006		2005	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FORAL	0,00	0,00%	34.558,52	14,26%	14.281,69	8,39%	8.523,86	1,96%
FEDER	53.289,75	69,99%	207.788,76	85,74%	137.108,28	80,57%	424.813,02	97,63%
Outros	22.853,84	30,01%	0,00	0,00%	18.790,13	11,04%	1.799,78	0,41%
Total	76.143,59	100,00%	242.347,28	100,00%	170.180,10	100,00%	435.136,66	100,00%

2.2.4. ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

A análise do endividamento do Município é feita à luz do preceituado na nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007), nomeadamente o estabelecido no seu Título IV – Endividamento Autárquico.

A tabela seguinte ilustra a posição do endividamento do Município a 31/12/2008:

		Descrição		2008
1		Capital em dívida de médio e longo prazo		7.491.395,09
2		Total do endividamento líquido		12.968.207,61
3		Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento		1.510.938,43
4		Dívida à EDP 1988		
5	=1-3	Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar no endividamento		5.980.456,66
6	=2-3-4	Endividamento Líquido a considerar		11.452.269,03
7		Limite aos empréstimos m.l. prazo (nº2,art.39º,Lei 2/2007)	100%	5.320.632,50
8		Limite ao endividamento líquido (nº1,art.37º,Lei 2/2007)	125%	6.650.790,63
9		Limite aos empréstimos curto prazo (nº1,art.39º,Lei 2/2007)	10%	532.063,25
		Limite de empréstimos de curto prazo		532.063,25
10		Empréstimo curto prazo contratado		409.605,30
11		Montante em excesso		
12		Margem para o limite		122.457,95
		Limite de empréstimos de médio e longo prazo		5.320.632,50
13	=5-7	Montante em excesso		659.824,16
14		Margem para o limite		
		Limite de endividamento líquido		6.650.790,63
14	=6-8	Montante em excesso		4.801.478,41
15		Margem para o limite		

O principal registo ao nível do endividamento municipal é o resultado atingido pelo executivo sobre a diminuição de 3,4% do excesso do endividamento líquido e de 31% do excesso do endividamento de médio e longo prazo.

Os limites instituídos nos normativos legais mencionados nesta tabela foram ultrapassados, como se resume:

- Excesso do limite de empréstimos de médio e longo prazo 659.824,16
- Excesso do limite do endividamento líquido 4.801.478,41

3. ANÁLISE DE ACTIVIDADES E DE INVESTIMENTOS

Esta análise está consubstanciada no Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos e no Mapa de Execução das Actividades mais Relevantes.

Estes mapas descrevem os investimentos e as actividades relevantes terminados e em curso no exercício, aferindo-se a sua importância pela expressão monetária dos mesmos.

Como síntese, a nível financeiro, é de destacar:

a) Execução anual do Plano Plurianual de Investimentos

Facturado em anos anteriores	3.422.745,66
Facturado no ano	<u>2.383.947,58</u>
Total	5.806.693,24
Pagamentos de facturação do ano e anos anteriores	1.994.591,47

b) Execução anual das Actividades mais Relevantes

Facturado em anos anteriores	883.156,89
Facturado no ano	<u>2.087.658,37</u>
Total	2.970.815,26
Pagamentos de facturação do ano e anos anteriores	1.908.095,36

4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

4.1.1. PROVEITOS

Apresenta-se o quadro comparativo de proveitos:

Estrutura de Proveitos	2008		2007		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e prestações de serviços	170.740,02	2,35%	251.869,80	2,85%	-81.129,78	-32,21%
Impostos e taxas	2.006.507,26	27,59%	3.144.928,23	35,57%	-1.138.420,97	-36,20%
Variação da produção						nd
Trabalhos para a própria entidade						nd
Proveitos suplementares						nd
Transferências e subsídios obtidos	4.656.284,48	64,03%	4.637.162,39	52,45%	19.122,09	0,41%
Outros proveitos e ganhos operacionais						nd
Proveitos e ganhos financeiros	347.215,41	4,77%	366.829,10	4,15%	-19.613,69	-5,35%
Proveitos e ganhos extraordinários	91.769,27	1,26%	440.716,92	4,98%	-348.947,65	-79,18%
Proveitos Totais	7.272.516,44	100,00%	8.841.506,44	100,00%	-1.568.990,00	-17,75%

Observa-se que 64,03% dos proveitos resultam de transferências e subsídios obtidos (52,45% em 2007), com relevo preponderante das transferências relativas aos fundos provenientes do OE.

4.1.2. CUSTOS

Apresenta-se o quadro comparativo de custos:

Estrutura de Custos	2008		2007		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos Merc. Vend. e Mat. Consumidas						
Fornecimentos e serviços externos	2.889.517,87	25,05%	3.185.655,21	28,42%	-296.137,34	-9,30%
Custos com o pessoal	2.840.772,77	24,63%	2.698.197,67	24,07%	142.575,10	5,28%
Transf. e subs.corr.conced.e prest. sociais	743.252,40	6,44%	803.270,31	7,17%	-60.017,91	-7,47%
Amortizações do exercício	3.526.115,97	30,57%	3.522.840,54	31,43%	3.275,43	0,09%
Provisões do exercício	247.759,29	2,15%			247.759,29	
Outros custos e perdas operacionais	73.767,65	0,64%	38.115,00	0,34%	35.652,65	93,54%
Custos e perdas financeiros	587.433,84	5,09%	463.800,17	4,14%	123.633,67	26,66%
Custos e perdas extraordinários	625.650,68	5,42%	497.339,70	4,44%	128.310,98	25,80%
Custos Totais	11.534.270,47	100,00%	11.209.218,60	100,00%	325.051,87	2,90%

A rubrica de amortizações do exercício com 3.526.115,97 € e um peso de 30,57% do total dos custos passou a constituir a principal componente dos custos do Município desde a

inclusão do património nos registos contabilísticos do Município. Perspectiva-se que esta situação se mantenha nos períodos futuros, contribuindo decisivamente para o apuramento de resultados líquidos do exercício negativos.

Igualmente preponderantes na estrutura de custos, continuam a ser os fornecimentos e serviços externos e os custos com o pessoal, que no exercício de 2008 representam 25,05% e 24,63% dos custos totais, respectivamente.

4.1.3. RESULTADOS

4.1.3.1. Resultado líquido do exercício

Apresenta-se o quadro descritivo da evolução dos resultados entre os exercícios de 2005 e 2008, que evidencia a diminuição dos mesmos, essencialmente ao nível operacional (operações correntes):

Rubricas	2008	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa
Resultados Operacionais	-3.487.654,19	-2.214.118,31	-1.273.535,88	57,52%
Resultados Financeiros	-240.218,43	-96.971,07	-143.247,36	147,72%
Resultados Correntes	-3.727.872,62	-2.311.089,38	-1.416.783,24	61,30%
Resultados Extraordinários	-533.881,41	-56.622,78	-477.258,63	842,87%
Resultados Líquidos	-4.261.754,03	-2.367.712,16	-1.894.041,87	79,99%

Como podemos observar, mantém-se a tendência de resultados negativos, já verificada em exercícios anteriores, que muito sucintamente se pode justificar pelas dificuldades com a incapacidade manifesta de aumentar receitas próprias, ao qual acresce o problema do Município em gerir custos, cuja parte significativa assume carácter fixo/regular.

No resultado negativo apresentado, é importante realçar o seguinte:

- a) O valor de amortizações do exercício que contabilizam 3.526.115,97 €
- b) A provisão para o processo judicial interposto pela Tecosil, no valor de 247.759,29 €
- c) A não contabilização como proveitos/receita as dividas de terceiros que totalizam 1.101.261,85 €

Assim, não fossem as regras contabilísticas a que o POCAL obriga, e o Resultado Líquido do Exercício seria de +613.383,08 €, (seiscentos e treze mil trezentos e

oitenta e três euros e oito cêntimos) o que efectivamente acontece já que os factores atrás expostos não passam pelo controlo do executivo, tratando-se de meras operações contabilísticas.

4.2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

4.2.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas de terceiros:

Designação	2008	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dívidas de Terceiros de curto prazo	1.101.261,85	403.528,11	697.733,74	172,91%
Empréstimos concedidos				
Clientes, c/c				
Contribuintes, c/c				
Utentes, c/c	5.643,18	4.256,44	1.386,74	32,58%
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	310,43	310,43		
Adiantamentos a fornecedores				
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
Estado e outros entes públicos	5.827,03	5.453,16	373,87	6,86%
Administração autárquica	53.988,26	53.988,26		
Outros devedores	1.035.492,95	339.519,82	695.973,13	204,99%
Dívidas de Terceiros de médio longo prazo				
Total da Dívida de Terceiros	1.101.261,85	403.528,11	697.733,74	172,91%

Verifica-se um crescimento significativo da dívida de terceiros no exercício de 2008 em comparação com o período homólogo do exercício anterior, tendo resultado fundamentalmente das dívidas da “DãoGest” (Direitos Superfície – 240.000 €) e “Águas do Planalto” (Obras executadas pelo Município por conta daquela entidade – 447.625,30 €). Para além das entidades referidas anteriormente, a rubrica de outros devedores respeita a subsídios a receber, essencialmente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

4.2.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas a terceiros:

Designação	2008	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dívidas a Terceiros de curto prazo	6.871.395,13	6.191.983,23	679.411,90	10,97%
Empréstimos a curto prazo	409.605,30	404.605,30	5.000,00	1,24%
Adiantamentos por conta de vendas				
Fornecedores c/c	1.209.684,26	1.007.295,88	202.388,38	20,09%
Fornecedores - Facturas em recep.e conferência				
Clientes e utentes c/cauções	982,04	997,00	-14,96	-1,50%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes				
Fornecedores de imobilizado c/c	1.653.347,86	1.101.338,69	552.009,17	50,12%
Estado e outros entes públicos	35.730,41	30.499,84	5.230,57	17,15%
Administração autárquica	74.506,00	43.138,81	31.367,19	72,71%
Outros credores	3.487.539,26	3.604.107,71	-116.568,45	-3,23%
Dívidas a Terceiros de médio longo prazo	7.491.395,09	7.553.498,05	-62.102,96	-0,82%
Dívidas a instituições de crédito	7.491.395,09	7.553.498,05	-62.102,96	-0,82%
Total da Dívida a Terceiros	14.362.790,22	13.745.481,28	617.308,94	4,49%

No final de 2008, as dívidas de curto prazo a terceiros apresentam o valor de 6.871.395,13 euros, superior em relação ao exercício anterior na ordem de 10,97%.

É de realçar que em finais de 2008 a dívida a fornecedores e outros credores totaliza 6.350.571,38 euros, correspondente a 65,39% das receitas totais de 2008.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo, integralmente respeitantes a empréstimos bancários, registam uma descida de 62.102,96 euros (-0,82%) em relação a 2007. O saldo da rubrica de Outros Credores respeita fundamentalmente a acordos de regularização de dívidas cujos pagamentos serão efectuados através de prestações mensais.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

Em conformidade com o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL propõe-se que o resultado líquido do exercício, pelo valor negativo de 4.261.754,03 euros (quatro milhões duzentos e sessenta e um mil setecentos e cinquenta e quatro euros e três cêntimos), seja aplicado da

seguinte forma:

a) Transferência para Resultados Transitados	-€ 4.261.754,03
--	-----------------